

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Para o Santander, ambos os fatores mantiveram as condições financeiras globais distante de seus melhores momentos e continuaram a pesar sobre o desempenho das economias emergentes. Na visão do Banco, essa pressão afetou menos intensamente os ativos da economia brasileira, já que seus fundamentos externos continuam sólidos (alto volume de reservas internacionais e investimentos estrangeiros, além de baixos déficits em conta corrente e nível de endividamento externo). Na análise do Santander, a combinação desses fatores explica parte da apreciação do Real observada ao longo dos últimos meses. O Banco Santander salienta que atribui um viés otimista em relação à percepção de risco do Brasil, tendo em vista a expectativa crescente sobre a realização dos ajustes fiscais necessários. Contudo, o Banco pondera que o ambiente internacional ainda deverá ser fonte de preocupação, com novos eventos importantes já programados e com potencial de adicionar nervosismo aos mercados, tais como a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição presidencial na Argentina. Nesse contexto, o Santander acredita na possibilidade de que o ambiente internacional acabe se sobrepondo levemente ao quadro doméstico e provoque elevação branda do risco-país. Dessa forma, o Banco Santander projeta uma taxa de câmbio de 4,00 R\$/US\$ para o final de 2019. Com relação à atividade econômica, o Santander viu ser confirmada sua percepção de que a deterioração do balanço de riscos na economia internacional e as incertezas em relação ao cenário local influenciarão negativamente as decisões de empresários e consumidores, o que levou à manutenção de ritmo bastante brande nos últimos três meses de 2018. Isto levou o Banco a revisar novamente sua projeção de crescimento da economia brasileira em 2018, de 1,5% para 1,3%. Em que pese essa manutenção de expansão branda da economia brasileira nos últimos meses, a expectativa do Santander para o PIB em 2019 ainda é de crescimento por volta de 3,0% - houve mudança marginal frente à projeção anterior de 3,2% - por conta dos sólidos fundamentos macroeconômicos ainda presentes e dos consistentes saltos registrados pelos indicadores de confiança dos consumidores e empresários nos últimos meses. O Banco reforça que a inflação permanece controlada (encerrou 2018 abaixo da meta e deverá repetir o feito em 2019), as contas externas estão equilibradas e há indícios crescentes de melhora no mercado de crédito. Por todos esses fatores, o Santander espera manutenção da taxa Selic em patamares baixos por bastante tempo, já que as expectativas de inflação seguem contidas e o nível de ociosidade da economia está bastante elevado. De fato, o Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente em 2020. A expectativa do Banco é de manutenção da Selic em 6,50% em 2019. Essas projeções de crescimento, inflação e juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. Então, o Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo eleito em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização, atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, um lucro líquido no valor de R\$128.082 (2017 - R\$107.235), patrimônio líquido de R\$319.474 (31/12/2017 - R\$219.433) e provisões técnicas de capitalização de R\$1.874.147 (31/12/2017 - R\$1.865.828).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante				
Disponível	4&21.c	22.525	1.233.197	2.801
Caixa e Bancos		5.436	2.801	
Aplicações		16.421	1.229.145	
Títulos de Renda Fixa	5.a	16.421	372.932	
Cotas de Fundo de Investimento	5.a	-	856.213	
Títulos e Créditos a Receber	668	160		
Títulos e Créditos a Receber	21.c	74	69	
Outros Créditos		594	91	
Outros Valores e Bens	-	1.091		
Outros Valores		-	1.091	
Ativo não Circulante	2.290.970	1.067.009		
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.156.521	932.507		
Aplicações		2.130.273	759.744	
Outras Aplicações	5.a	2.130.273	759.420	
d	5.d	-	8.326	
(-) Redução ao Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.002)	
Títulos e Créditos a Receber	26.248	172.763		
Créditos Tributários e Previdenciários	6&20.a	1.572	21.343	
Depósitos Judiciais e Fiscais	7	24.676	151.420	
Investimentos	1.328	1.381		
Imóveis Destinados à Renda	1.328	1.368		
Outros Investimentos	-	13		
Outros Investimentos		1.077	1.085	
(-) Redução ao Valor Recuperável	(1.077)	-	(1.072)	
Imobilizado	-	-		
Bens Móveis		3	3	
(-) Depreciação		(3)	(3)	
Intangível	8	133.121	133.121	
Outros Intangíveis	133.121	133.121		
Ativo de Incorporação		133.121	133.121	
Total do Ativo	2.313.495	2.300.206		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2016						
Aumento do Capital Social	14.a	17.000	-	-	-	17.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	11.285	-	11.285
Dividendos	14.b	-	-	(110.088)	-	(110.088)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	107.235	107.235
Proposta para Distribuição do Resultado:						
Reserva Legal	14.c	-	3.401	-	(3.401)	-
Dividendos	14.b	-	-	(66.000)	(66.000)	(66.000)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	(16.000)	(16.000)	(16.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	21.834	(21.834)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		140.900	28.180	33.545	16.808	219.433
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	4.409	4.409
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	128.082	128.082
Proposta para Distribuição do Resultado:						
Dividendos	14.b	-	-	(18.850)	(18.850)	(18.850)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	(13.600)	(13.600)	(13.600)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c&23	-	-	95.632	(95.632)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		140.900	28.180	129.177	21.217	319.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização ou Companhia), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 21.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, 22º andar - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, popular e incentivos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 26 de fevereiro de 2019.

a) Adoção de Novas Normas e Interpretações

A Santander Capitalização adotou o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15), que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alojar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços.

Após análise, foi possível concluir que não houve impacto significativo nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018.

b) Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de Dezembro de 2018

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019, não foram adotadas pela Santander Capitalização são:

1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Este novo pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP. Adicionalmente, o pronunciamento concedeu para as entidades supervisionadas pela SUSEP uma isenção temporária para aplicação desta norma, visando implantar estas mudanças em conjunto com o novo pronunciamento sobre contratos de seguros "CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17)" são:

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão como as características dos fluxos de caixa contratuais. Com base no supracitado, um ativo financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo afetando o resultado ou iii) valor justo afetando o patrimônio líquido. O CPC 48 estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo afetando o resultado sob certas condições.

b) Modelo de Impairment por Risco de Crédito

A principal novidade em relação às regras atuais é que a nova norma contábil introduz o conceito de perda esperada frente ao modelo atual (CPC 38) com base na perda incorrida.

Perímetro de Aplicação

O modelo de impairment de ativos do CPC 48 aplica-se sobre os ativos financeiros classificados nas categorias mensurados a custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao valor justo afetando de outros resultados abrangentes, além da contraprestação de arrendamento, bem como os riscos e compromissos contingente não mensurados ao justo valor e disponibilidade de linhas de crédito.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a impairment será dividida em três categorias, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

Estágio 1: entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses da data do estágio.

Estágio 2: se houver um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por default reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada, ou operações incluídas em um acordo especial.

Estágio 3: um instrumento financeiro é registrado dentro desta fase, quando ele mostra sinais de deterioração eficazes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de Estimação de Impairment

A mensuração da perda esperada se realiza por intermédio dos seguintes fatores:

• A perda por inadimplência (EAD) é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível e poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

• Probabilidade de inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte pode não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do CPC 48 serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em default durante os próximos 12 meses bem como a PD - Lifetime, que considera a probabilidade de que a operação entre em default entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

• Perda por inadimplência (LGD) é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem de exposição que não deverá ser recuperada em caso de inadimplência. Depende, principalmente, da

atualização das garantias associadas à operação, que são considerados mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro e os fluxos de caixa futuros esperados a ser recuperado. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa que aplicada aos fluxos de caixa futuros esperados durante a vida esperada do ativo, iguala o valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil. Em geral, não se deve levar em conta a atual taxa de desconto, às perdas esperadas por default quando da estimativa de fluxos de caixa futuros, exceto nos casos em que o ativo é considerado não recuperável, no qual a taxa de juros aplicada levará em consideração tais perdas e a taxa efetiva de juros é ajustada pelo risco de crédito.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, a Santander Capitalização tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros, tanto para fins do ambiente regulatório, bem como para a gestão interna.

Além de usar a informação atual e passada, a Santander Capitalização atualmente utiliza informações futuras sobre processos regulatórios e gestão interna, incorporando vários cenários. A este respeito, a Santander Capitalização reaproveitará sua experiência na gestão de informações futuras e manterá a consistência com as informações usadas em outros processos.

1.c) Contabilização de Hedge

O CPC 48 introduz novos requerimentos para a contabilização de hedge, cujo duplo objetivo é simplificar os requisitos atuais e alinhar a contabilidade de hedge com a gestão de risco, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros que podem ser considerados como instrumentos de proteção. No entanto, a Santander Capitalização não tem, atualmente, estruturas de Hedge Accounting.

2. CPC 06 (R2) - Contratos de Leasing (IFRS 16)

Emita em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória pelo IASB a partir de 1 de janeiro de 2019, este CPC ainda está em processo de aprovação pela SUSEP.

Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3. CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

O CPC 11 visa substituir o CPC 4 e tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda está em processo de aprovação da SUSEP.

c) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
 - Redução ao valor recuperável de ativos - constituiu para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-f;
 - Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis e ações) são discutidos na Nota 3-i e j;
 - A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos na Nota 3-i e j;
 - Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-k;
 - Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-l e;
 - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-n.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3.g.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos *pro rata* dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações financeiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissor, exceto o que representa uma participação residual no ativo da entidade emissor.

"Derivativo" é um instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes a "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.
A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou obter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em ordenamento geral da Santander Capitalização. O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2018. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Capitalização na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A.

A Santander Capitalização informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Agracimentos

Agradecemos a nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Santander Capitalização. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Notas Explicativas	
		01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização		477.655	430.863
Arrecadação com Títulos			



Santander Capitalização S.A.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

31/12/2018		31/12/2017	
Cotações Publicadas - Preço em Mercado	Cotações Publicadas - Preço em Mercado	Técnicas de Avaliação em Mercado	Técnicas de Avaliação em Mercado
Ativos Financeiros	(Nível 1)	Total	(Nível 2)
Valor Justo por Meio do Resultado	-	856.213	856.213
Ativos Financeiros	(Nível 1)	Total	(Nível 2)
Valor Justo por Meio do Resultado	-	856.213	856.213
Ativos Financeiros	(Nível 1)	Total	(Nível 2)
Valor Justo por Meio do Resultado	-	856.213	856.213

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 2.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros para os quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

Não houve reclassificações entre níveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Ativos Financeiros não Recuperáveis
Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

a) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida;

b) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio;

c) Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

g) Receita com Títulos de Capitalização
As receitas com títulos de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas monetárias ou cambiais, calculadas a índices ou taxas oficiais pro rata dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

h) Investimentos
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado e Imóveis Destina à Renda
O imobilizado e os imóveis destinados à renda estão sendo apresentados pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

A depreciação do imobilizado e dos imóveis destinados à renda é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, móveis, máquinas, equipamentos de uso e sistemas de comunicação - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%.

A Santander Capitalização avalia a final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor contábil. O aumento do valor contábil, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a Santander Capitalização reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

l) Intangível
1.1) Agio
Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida é contabilizada de acordo com CPC 15, "Combinação de Negócios".

O agio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado que não adquiere em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirente que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A amortização desse agio não é permitida, sendo testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do agio é realizado no final de cada exercício apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e debitado à rubrica "perdas com outros ativos (líquidos) - outros ativos intangíveis" na demonstração do resultado. Uma perda do valor recuperável do agio não é revertida em exercícios subsequentes.

k) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes
A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua validade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou complementadas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais ou o trânsito em julgado dos processos entre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 10.g) e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Capitalização, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Capitalização.

l) Provisões Técnicas
Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir o sorteio a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Taxa e Carregamento dos Principais Títulos

Processo SUSEP

Título	Carregamento Médio
15414.004261/2008-70	PM
15414.900380/2015-84	PJ
15414.900380/2015-84	PJ
15414.900380/2015-84	PM

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de capitalização podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as empresas de capitalização, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da convocação em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base a geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 20.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações
a) Composição por Classificação

31/12/2018

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Disponíveis para Venda		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Títulos Públicos		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Circulante		16.421	-	16.421	-
Não Circulante		2.103.273	-	2.103.273	-

31/12/2017

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Disponíveis para Venda		856.213	-	856.213	43,1%
Títulos Privados		856.213	-	856.213	43,1%
de Investimento Exclusivo		856.213	-	856.213	43,1%
Disponíveis para Venda		1.102.971	29.381	1.132.352	56,9%
Títulos Privados		86.929	31	86.960	4,4%
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929	31	86.960	4,4%
Títulos Públicos		1.016.042	29.350	1.045.392	52,5%
Letras do Tesouro Nacional - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Circulante		16.421	-	16.421	-
Não Circulante		2.103.273	-	2.103.273	-

31/12/2017

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Disponíveis para Venda		856.213	-	856.213	43,1%
Títulos Privados		856.213	-	856.213	43,1%
de Investimento Exclusivo		856.213	-	856.213	43,1%
Disponíveis para Venda		1.102.971	29.381	1.132.352	56,9%
Títulos Privados		86.929	31	86.960	4,4%
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929	31	86.960	4,4%
Títulos Públicos		1.016.042	29.350	1.045.392	52,5%
Letras do Tesouro Nacional - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Circulante		16.421	-	16.421	-
Não Circulante		2.103.273	-	2.103.273	-

31/12/2017

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Disponíveis para Venda		856.213	-	856.213	43,1%
Títulos Privados		856.213	-	856.213	43,1%
de Investimento Exclusivo		856.213	-	856.213	43,1%
Disponíveis para Venda		1.102.971	29.381	1.132.352	56,9%
Títulos Privados		86.929	31	86.960	4,4%
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929	31	86.960	4,4%
Títulos Públicos		1.016.042	29.350	1.045.392	52,5%
Letras do Tesouro Nacional - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Circulante		16.421	-	16.421	-
Não Circulante		2.103.273	-	2.103.273	-

31/12/2017

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Disponíveis para Venda		856.213	-	856.213	43,1%
Títulos Privados		856.213	-	856.213	43,1%
de Investimento Exclusivo		856.213	-	856.213	43,1%
Disponíveis para Venda		1.102.971	29.381	1.132.352	56,9%
Títulos Privados		86.929	31	86.960	4,4%
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929	31	86.960	4,4%
Títulos Públicos		1.016.042	29.350	1.045.392	52,5%
Letras do Tesouro Nacional - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Circulante		16.421	-	16.421	-
Não Circulante		2.103.273	-	2.103.273	-

31/12/2017

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Disponíveis para Venda		856.213	-	856.213	43,1%
Títulos Privados		856.213	-	856.213	43,1%
de Investimento Exclusivo		856.213	-	856.213	43,1%
Disponíveis para Venda		1.102.971	29.381	1.132.352	56,9%
Títulos Privados		86.929	31	86.960	4,4%
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929	31	86.960	4,4%
Títulos Públicos		1.016.042	29.350	1.045.392	52,5%
Letras do Tesouro Nacional - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Circulante		16.421	-	16.421	-
Não Circulante		2.103.273	-	2.103.273	-

31/12/2017

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Disponíveis para Venda		856.213	-	856.213	43,1%
Títulos Privados		856.213	-	856.213	43,1%
de Investimento Exclusivo		856.213	-	856.213	43,1%
Disponíveis para Venda		1.102.971	29.381	1.132.352	56,9%
Títulos Privados		86.929	31	86.960	4,4%
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929	31	86.960	4,4%
Títulos Públicos		1.016.042	29.350	1.045.392	52,5%
Letras do Tesouro Nacional - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%
Circulante					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Tributos Diferidos

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	31/12/2017		31/12/2018	
	Saldo em	Constituição	Saldo em	Constituição
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	12.754	3.117	15.871	15.871
Total - Passivo não Circulante	12.754	3.117	15.871	15.871
31/12/2016				
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	5.489	7.265	12.754	12.754
Total - Passivo não Circulante	5.489	7.265	12.754	12.754

⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	31/12/2018			
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total
2019	884	530	173	1.587
2020	884	530	173	1.587
2021	884	530	173	1.587
2022	884	531	172	1.587
2023	884	531	172	1.587
2024 a 2026	2.653	1.592	517	4.762
2027 a 2028	1.768	1.061	345	3.174
Total	8.841	5.305	1.725	15.871

Os dados dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos são:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo em	Ajuste ao Resultado	Saldo em	Ajuste ao Resultado
Créditos Tributários	1.572	21.343	1.572	21.343
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	3	183	3	183
Diferenças Temporárias	1.569	21.160	1.569	21.160
Passivos Fiscais	15.871	12.754	15.871	12.754
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	15.871	12.754	15.871	12.754

As movimentações dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos nos últimos dois anos foram:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo em	Ajuste ao Resultado	Saldo em	Ajuste ao Resultado
Créditos Tributários Diferidos	21.343	(19.591)	21.343	(180)
Passivos Fiscais Diferidos	12.754	-	12.754	3.117
Total	8.589	(19.591)	8.589	(180)

	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo em	Ajuste ao Resultado	Saldo em	Ajuste ao Resultado
Créditos Tributários Diferidos	20.790	1.546	20.790	(993)
Passivos Fiscais Diferidos	5.489	-	5.489	7.265
Total	15.301	1.546	15.301	6.272

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2018		01/01 a 31/12/2017	
	Saldo em	Ajuste ao Resultado	Saldo em	Ajuste ao Resultado
Resultado antes dos Impostos	217.644	184.723	217.644	184.723
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14.b)	(13.600)	(16.000)	(13.600)	(16.000)
Resultado antes dos Impostos	204.044	168.723	204.044	168.723
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 20%, Respectivamente⁽¹⁾	(91.820)	(75.925)	(91.820)	(75.925)
Despesas Indevidáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(2.116)	(1.075)	(2.116)	(1.075)
Ajustes CSLL 5%	2.437	(1.791)	2.437	(1.791)
Demais Ajustes	1.937	1.303	1.937	1.303
Imposto de Renda e Contribuição Social	(89.562)	(77.488)	(89.562)	(77.488)

⁽¹⁾ Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.n).

g) Cálculo Efetivo das Aliquotas no Patrimônio Líquido

	01/01 a 31/12/2018		01/01 a 31/12/2017	
	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido
Resultado antes dos Impostos	217.644	184.723	217.644	184.723
Imposto de Renda e Contribuição Social	(89.562)	(77.488)	(89.562)	(77.488)
Aliquota Efetiva	41,2%	41,9%	41,2%	41,9%

h) Imposto Reconhecido no Patrimônio Líquido

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado, a Santander Capitalização possui os seguintes valores no patrimônio líquido:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo em	Ajuste ao Resultado	Saldo em	Ajuste ao Resultado
Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	3	183	3	183
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3	183	3	183
Débitos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	(15.871)	(12.754)	(15.871)	(12.754)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(15.871)	(12.754)	(15.871)	(12.754)
Total	(15.868)	(12.571)	(15.868)	(12.571)

21. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A ANO da Santander Capitalização, realizada em 29 de março de 2018, foi aprovada a fixação no montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2018 no valor máximo de R\$10.

A Santander Capitalização é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador direto da Sancap e indireto da Santander Capitalização.

A Santander Capitalização não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2018 e 2017, não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria Executiva.

b) Participação Acionária

A Santander Capitalização é controlada pela Sancap, a qual possui participação acionária direta de 64.614.988 ações ordinárias, equivalentes a 99,999998% do capital social e, indiretamente pelo Banco Santander (através da Sancap), que possui participação acionária direta de 1 ação ordinária, equivalentes a 0,000002% do capital social, pertencendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Disponível	5.436	2.801
Banco Santander ⁽²⁾	5.436	2.801
Títulos e Créditos a Receber	74	69
Banco Santander ⁽²⁾	74	69
Débitos de Operações com Capitalização (Nota 11)	(28.485)	(18.914)
Banco Santander ⁽²⁾	(28.485)	(18.914)
Contas a Pagar	(30.410)	-
Sancap ⁽¹⁾	(30.410)	-
Provisões Técnicas de Capitalização	(17.480)	(16.102)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	(16.924)	(16.102)
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ⁽³⁾	(556)	-

01/01 a 31/12/2018 **01/01 a 31/12/2017**

	23.944	18.636
Resultado	23.944	18.636
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	20.712	18.876
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	20.712	18.876
Banco Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	3.232	(240)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(297.050)	(252.123)
Banco Santander ⁽²⁾	(297.050)	(252.123)
Despesas Administrativas	(7.314)	(11.705)
Banco Santander ⁽²⁾	(7.314)	(11.705)
Resultado Patrimonial (Nota 19)	855	832
Banco Santander ⁽²⁾	855	832
Donativos e Contribuições	(750)	(1.594)
Santander Cultural	(750)	(1.594)

⁽¹⁾ Controladora (Nota 21.b).

⁽²⁾ O Banco Santander é o controlador indireto da Santander Capitalização através da Sancap (Nota 21.b).

⁽³⁾ Controlada indireta pelo Banco Santander.

⁽⁴⁾ O Banco Santander Espanha exerce influência significativa, detém o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida, mas não controla nem detém controle conjunto da mesma.

22. Gerenciamento de Riscos

22.1. Gerenciamento de Riscos

A gestão de risco da Santander Capitalização tem como objetivo a proteção do seu capital e dos recursos de seus clientes, zelando pela liquidez, solvência e rentabilidade do negócio. São analisados entre outros os seguintes riscos:

22.1.1. Gerenciamento de Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a potencial deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte em relação às suas obrigações financeiras pactuadas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações da Santander Capitalização no ato da alocação dos recursos de seus beneficiários.

A Santander Capitalização conta com metodologia própria de aferimento de *rating* dos títulos, sendo atualizado periodicamente e com constante monitoramento da carteira.

A carteira é composta por títulos de renda fixa exclusivamente por títulos públicos.

22.1.2. Gerenciamento de Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos.

A gestão do controle do risco operacional está suportados pelo modelo de linhas de defesa, onde papéis e responsabilidades são atribuídos a todas as camadas da organização para o tema de riscos operacionais.

A área de Controle do Risco Operacional atua como 2ª linha de defesa, definindo políticas, metodologia e ferramentas para a gestão do risco operacional, além de promover o desafio à 1ª linha de defesa (demais áreas).

O modelo permite um contínuo aprimoramento na gestão e controle dos riscos operacionais, na prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, na identificação de planos de ação e na manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

22.1.3. Gerenciamento de Risco de Reputação

Risco Reputacional é o risco de dano ao modo como a Santander Capitalização é vista pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a Instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- Gestão de riscos desde a sua geração;
 - Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
 - Revisão independente das atividades de risco.
- As três linhas de defesa contam com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.
- Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Luciano Felipe de Carvalho Benício

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC 1 SP-265213/O-3

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Santander Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Santander Capitalização S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP referentes às Provisões dos Títulos de Capitalização, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo -